



UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFRPE

RAFAEL LUCAS STRESSER¹⁹

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de descrever e analisar os espaços de gestão do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE. O trabalho traz a história da universidade brasileira, adentrando-se no debate sobre autonomia universitária. Através de pesquisa qualitativa, utiliza a observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental. Conclui-se que a pouca participação discente nos espaços de administração do curso é por falta de tempo, descrença da influência discente ou por desinformação.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade. Autonomia universitária. Espaço de Gestão. UFRPE.

ABSTRACT

This research aims to describe and analyze the management spaces of the Bachelor's Degree in Social Sciences at UFRPE. The work brings the history of the Brazilian university, entering the debate on university autonomy. Through qualitative research, it uses participant observation, semi-structured interviews and document analysis. It is concluded that the little student participation in the administration spaces of the course is due to lack of time, disbelief of student influence or lack of information.

KEYWORDS: University. University autonomy. Management. UFRPE.

Introdução

Proponho-me estudar a universidade pública, tendo como objetivo responder o problema proposto: De que forma o curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE proporciona espaços de participação nas suas instâncias de gestão? Assim, estudo os espaços de gestão do curso e tomo a liberdade de refletir sobre a autonomia universitária, e como se dá a relação entre a universidade e a sociedade extra-muros.

Há a necessidade de lançar um olhar crítico sobre a universidade no cenário brasileiro²⁰, tendo em vista os recentes ataques à educação pública, e no caso específico deste trabalho, os ataques à educação superior e às políticas de ciência e tecnologia. O trabalho pretende compreender como foi a construção do modelo universitário brasileiro e mais

¹⁹ Estudante do Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Email: Rafael.lucas.stresser@gmail.com

²⁰ O texto foi escrito em 2018.



especificamente a sua autonomia didático-científica, problematizando a concepção de universidade mercadológica.

Com arcabouço teórico, irei discorrer sobre a formação da universidade, falar sobre o modelo universitário brasileiro. Em seguida refletir acerca da autonomia universitária, nos seus processos institucionais e nesse sentido, problematizar a relação público-privado. Depois, debater sobre a crise universitária, no que se refere à crise da hegemonia, da legitimidade e principalmente a da institucionalidade. Por fim, discutir a democracia dentro dos espaços universitários, e sua relação com a sociedade.

Universidade Brasileira

A primeira universidade foi fundada na Europa, durante a Idade Média. Considerada como detentora do “conhecimento legítimo”, seu objetivo era a criação e reprodução da alta cultura, de conhecimento científico e humanístico voltado a uma população privilegiada para a criação da elite européia. No Brasil houve bastante resistência à criação de uma universidade. Durante o Brasil colônia, Portugal vetou a criação de instituições de ensino superior, forçando os filhos da elite a procurarem universidades européias para continuar a sua educação (FÁVERO, 2006).

Fávero (2006) nos conta que em 1915 a reforma de Carlos Maximiliano, por meio do decreto nº 11.530, deixa aberta a decisão do governo federal a criação de uma universidade, expresso no artigo 6º: “O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar”. Em 1920, por meio do decreto nº 14.343, o então presidente da república Epitácio Pessoa institui a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ).

Logo após sua fundação houve grandes debates sobre qual modelo de universidade deveria ser seguido. O que se questionava era quais deveriam ser as funções da universidade, como seria sua autonomia e qual modelo universitário ideal. Existem duas linhas de pensamento que definem suas funções, a primeira diz que a universidade deveria ter como objetivo a produção de pesquisa científica, tornar-se um espaço de disseminação de cultura e criação de ciência nova, além de formar profissionais. O outro diz que a universidade deveria ser voltada somente para a criação de profissionais especializados. (FÁVERO, 2006).

Em 1931, o político e jurista Francisco Campos elabora uma reforma que afetará o ensino secundário, superior e comercial. Por meio do decreto 19.851/31, a Universidade do Rio de Janeiro, se torna Universidade do Brasil, com o objetivo de se tornar um padrão na-



cional de universidade, na qual outras universidades deveriam seguir. A reforma Francisco Campos, como ficou conhecida, trata de redefinir a educação escolar para um novo formato mais definido no campo político educacional, para a construção de um país moderno e um ensino de capacitação para o trabalho (FÁVERO, 2006).

A reforma Francisco Campos concedeu a universidade o que poderíamos chamar de autonomia parcial ou relativa. Pelo Decreto-lei n° 18.851/31, que regulamenta as diretrizes da universidade (CARVALHO; LUZ, 2016).

As universidades gozarão de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, didática e disciplinar, nos limites estabelecidos pelo presente decreto, sem prejuízo da personalidade jurídica que tenha ou possa ser atribuída pelos estatutos universitários a cada um dos institutos componentes da universidade.

Parágrafo único. Nas universidades oficiais, federais ou estaduais, quaisquer modificações que interessem fundamentalmente à organização administrativa ou didática dos institutos universitários só poderão ser efetivadas mediante sanção dos respectivos governos, ouvido o Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 1931)

O decreto concede a universidade autonomia administrativa e disciplinar, mas ao mesmo tempo a controla, ao limitar as ações mediante a aprovação dos governos e aos conselhos de educação. Uma pergunta que muitos vêm se questionando é até onde vai autonomia de uma universidade?

Pela Autonomia Universitária

Em termos diretos, a autonomia universitária é citada no artigo 207 da Constituição Federal: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988 p. 121). Ao longo da história, a autonomia universitária é alvo de tentativas de reforma de diversos governos. Estudiosos do tema trabalham para defender a autonomia e explicitar sua importância institucional. A autonomia protege a universidade dos interesses externos que fogem do propósito da instituição, para isso, é dever do Estado manter os recursos necessários para a manutenção da universidade e a instituição ter a garantia de poder administrar os recursos sem a intervenção do Estado.

A autonomia é o direito que a universidade tem de gerir-se com suas próprias leis. Para tal, a universidade é dotada de liberdade de autodeterminação, segundo o artigo 207 da Constituição Federal. Fávero entende que:



Nessa perspectiva, a autonomia didático-científica da universidade implica liberdade de: a) estabelecer seus objetivos, organizando o ensino, a pesquisa e a extensão sem quaisquer restrições doutrinárias ou políticas; b) definir linhas de pesquisa; c) criar, organizar e extinguir cursos; d) elaborar o calendário escolar; e) fixar critérios e normas de seleção, admissão e promoção; e f) outorgar graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos. Na mesma linha, do ponto de vista administrativo, as universidades têm plena liberdade de: a) organizar-se internamente, estabelecendo suas instâncias decisórias na forma que lhes aprouver; b) elaborar e reformular seus estatutos; e c) estabelecer seu quadro de pessoal em articulação com o Ministério ou Secretaria a que esteja vinculada. A terceira dimensão refere-se à autonomia de gestão financeira e patrimonial, que, no caso das instituições públicas, significa: a) outorgar competência à universidade para propor e executar o seu orçamento; b) receber os recursos que o poder público é obrigado a repassar-lhe para pagamento de pessoal e despesas de capital e outros custeios; c) gerir seu patrimônio, receber doações, subvenções; ed) realizar operações de crédito ou de financiamento com a aprovação do poder público competente. (RIBEIRO, 2016, p. 107 apud FÁVERO, 1997, p. 11)

Percebemos que na trajetória histórica da universidade brasileira aparecem tentativas de desmonte universitário. Durante o governo Collor, houve a intenção de regulamentar as normas da autonomia universitária, mesmo a protestos de pesquisadores da área, afirmando que não haveria necessidade para tal. Entretanto, forças sindicais e entidades estudantis como o ANDES-SN, Fasubra e UNE, conseguiram impedir este projeto. (RIBEIRO, 2016). Porém não cessaram aí as tentativas de normatização e privatização da universidade.

Posteriormente, como ficou conhecida, como a onda de privatização tucana, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso (FHC), usa o argumento de que a Constituição Federal de 1988 estaria aumentando os gastos estatais. FHC alinhado com uma política neoliberal tinha a intenção de transferir a responsabilidade da manutenção dos serviços sociais, fornecidos pelo Estado, para o setor privado, como universidade, escolas e hospitais. (RIBEIRO, 2016). Em 1996 foi enviada uma proposta de emenda constitucional a PEC 233/95 que regulamentava a autonomia na forma da lei, porém mais uma vez forças como ANDES-SN e ANDIFES conseguiram impedir seu prosseguimento.

Porém na Lei de Diretrizes de Base (LDB) de 1996, aprovada durante seu mandato, há um texto no qual tange o ensino superior no Art. 53º “No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: [...] X -receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.” As intenções de FHC com as propostas de regulamentação da autonomia visavam à retirada da responsabilidade do Estado na



manutenção do setor universitário, forçando a universidade a procurar por investimentos privados.

O governo do PT (Partido dos Trabalhadores) teve início em 2003, após a queda da popularidade de FHC, todavia no que se refere a autonomia universitária a situação pouco mudou. Segundo Ribeiro (2016), não houve nos governos do PT nenhuma aprovação de medidas de regulamentação da autonomia universitária, porém os governos petistas continuaram minando a relativa autonomia que as universidades possuem, como exemplo, a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) por meio da lei nº 12.550/2011, uma organização social que toma da universidade a responsabilidade de gerir os Hospitais Universitários. (PEREIRA, 2017).

As ações do governo Lula, tiveram início em 2003 com a criação do GTI (Grupo de Trabalho Interministerial) que teve como objetivo a reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O documento elaborado pelo GTI, chamado “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para a reforma da universidade brasileira”.

O texto feito pela GTI vai de contra o que os movimentos em favor de uma universidade pública de qualidade defendem, sugerindo que os problemas enfrentados pelo ensino superior se devem às “amarras legais” que a universidade possui que a impedem de captar e administrar outros recursos.

Se, por um lado, a gravidade da crise emergencial das universidades está na falta de recursos financeiros do setor público, não se pode negar que, por outro lado, a crise decorre também das amarras legais que impedem cada universidade de captar e administrar recursos, definir prioridades e estruturas de gastos e planejamento. Por isso, a imediata garantia de autonomia às universidades é um passo necessário para enfrentar a emergência. A autonomia deve conferir à universidade, de forma participativa e transparente, competência para dispor sobre sua organização administrativa, suas questões financeiras e suas políticas em matéria educacional, sem interferência de outros órgãos do Governo, nos limites constitucionais. A relação com o Governo e o Estado se daria no momento de sua avaliação, quanto aos aspectos da boa gerência, feita pelo TCU, e pelo Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior do MEC (RIBEIRO, 2016, p. 111 apud BRASIL, 2003a, p. 35).

Outra tentativa de ajuste da autonomia universitária foi o Projeto de Lei Complementar (PLC) apresentado dia 11 de novembro de 2003, pelo então deputado Eduardo Valverde, com o objetivo de instituir a lei orgânica de autonomia universitária. Este projeto tam-



bém enfrentou resistência dos docentes quanto a sua aplicabilidade, o projeto perdeu sua força e não seguiu adiante.

Dando continuidade com as medidas fragmentadoras da autonomia universitária, o próximo é o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior (GERES) instalado por Tarso Genro em Fevereiro de 2014 que entrega o documento intitulado “Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes.” O Grupo apresentou seu relatório com fundamentos que já constavam no GTI, tendo como objetivo propor a elaboração da Lei Orgânica da Educação para garantir a diversificação de acesso ao ensino superior e descobrir novas formas de financiamento para a educação (RIBEIRO, 2016). Os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff não implantaram nenhuma lei que regulamente a autonomia universitária.

Apesar das medidas contra a autonomia universitária, o ensino superior no Brasil teve uma expansão nos números de universidade e no acesso a elas. O Estado estava sendo pressionado a abrir novas Instituições de Ensino Superior (IES), para suprir as demandas da população e do mercado por mão de obra qualificada. Um dado importante a ser observado durante essa expansão foi a diferença entre a quantidade de IES públicas e privadas que foram abertas. Segundo Amorim, Santos e Novaes (2018), citando fontes do MEC, os autores afirmam que do ano de 1998 a quantidade de IES saltou de 882 para 2.364 no ano de 2015, outro dado apontado é que, das instituições privadas abertas somam 2.069, enquanto as públicas somam 295 no ano de 2015.

A Crise Institucional da Universidade

Utilizando Boaventura de Sousa Santos entramos em um debate sobre universidade, mais precisamente sobre as três crises que afetam a universidade, sendo elas a da hegemonia, legitimidade e a institucional. É importante iniciar uma reflexão sobre a universidade no momento em que ela se confronta com novas formas de conhecimento, que desequilibram a rígida hierarquização dos saberes científicos universitários, também discutir sua posição de detentora do conhecimento legítimo, além de pensar o papel do Estado em relação ao ensino universitário.

Notamos que a universidade é uma instituição que preza pela rigidez de seus costumes e modos organizacionais e se mantém adversa a mudanças na sua estrutura. Como já fora dito, a universidade era (e ainda é) a grande produtora de “alta cultura”, dotada de grande prestígio social, tendo sua estrutura voltada para a formação das elites. Boaventura vai falar que:

A universidade moderna propunha-se a produzir um conhecimento superior, elitista, para o ministrar a uma pequena minoria, igualmente superior e elitista, de



juvens, num contexto institucional classista (a universidade é uma sociedade de classes) pontificando do alto do seu isolamento sobre a sociedade. (SANTOS, 2005, p. 211).

A primeira crise a ser abordada é a da hegemonia, justamente quando a universidade perde seu posto de única detentora do conhecimento legítimo ou da única produtora de “alta cultura”. Para explicar a crise da hegemonia, Santos (2005) aborda a dicotomia entre a alta cultura e cultura popular; educação e trabalho; teoria e prática. Com a massificação do sistema universitário, as dicotomias se introjetam no próprio sistema, as aumentando ainda mais. Entretanto com a mudança da perspectiva de uma universidade que busca a elevação cultural de um povo, para uma universidade tecnoburocrática, focada na formação profissional do indivíduo, as dicotomias presentes no sistema universitário se desestabilizam. Os sujeitos antes esquecidos pela universidade buscam a superação dessas dicotomias, novas instituições que promovem pesquisa surgem, assim como centros de estudo e investigação promovidos e legitimados pelo Estado, Benzaquen vai explicar que:

Por passar por uma crise de hegemonia, a universidade deixa de ser a única instituição, legitimada pelo Estado, a produzir conhecimentos. O próprio Estado promove centros de investigação não universitários ou seleciona algumas universidades, que considera como “instituições de excelência”, para fazer pesquisa, enquanto as outras se limitam ao ensino. As empresas também estão fazendo investigação. Os espaços de produção, inclusive, não estão interessados apenas no conhecimento instrumental, mas também nos valores humanísticos que proporcionem um desempenho pluriprofissional. (2012, p. 93)

A segunda crise que falaremos é a da legitimidade, que segundo Benzaquen (2012), está ligada com a da hegemonia. Esta crise se deve diretamente aos novos sujeitos universitários, negros, indígenas, LGBTQ+ e filhos das classes trabalhadoras, que agora estão tendo acesso a universidade. Com a popularização e massificação do ensino superior a universidade se viu confrontada. Aconteceu o choque entre a hierarquização do conhecimento universitário, destinada a uma elite e reivindicações pela democratização da universidade, com saberes plurais. Santos vai dizer:

A crise de legitimidade ocorre, assim, no momento em que se torna socialmente visível que a educação superior e a alta cultura são prerrogativas das classes superiores, altas. Quando a procura de educação deixa de ser uma reivindicação utópica e passa a ser uma aspiração socialmente legitimada, a universidade só pode legitimar-se satisfazendo-a. (2005, p. 211).



A última, a crise institucional é a que percebemos ser a mais debatida entre os acadêmicos e pesquisadores. A crise institucional se forma devido ao desinteresse do Estado em cumprir seu dever de manter a universidade pública, o Estado se caracteriza não mais como provedor de bens e serviços, mas como comprador deles. “A crise institucional era e é, desde há pelo menos dois séculos, o elo mais fraco da universidade pública porque a autonomia científica e pedagógica da universidade assenta na dependência financeira do Estado”. (SANTOS, 2005 p. 7). Benzaquen (2012) fala que devido a crise institucional enfrentamos aumento de universidades e instituições de ensino privados, além de investimentos seletivos do Estado, no que segundo a autora acarreta uma hierarquização do saber, onde cursos mais técnicos e voltados ao mercado recebem mais investimentos do que cursos de ciências humanas e humanidades.

O Estado também impõe uma lógica não própria à instituição universitária, uma lógica produtivista que força a universidade a alcançar um patamar de excelência, apesar de ter os investimentos cortados, a universidade ainda tenta manter todas as suas funções. “A produção e transmissão do conhecimento científico, a produção de trabalhadores qualificados, a elevação do nível cultural da sociedade, a formação do caráter, a identificação de talentos, a participação na resolução dos problemas sociais [...]” (SANTOS, 2005, p. 216).

Outro fenômeno que ocorre em muitos cursos é a precarização da condição do trabalho docente e a qualidade dos trabalhos produzidos sobre a lógica do produtivismo. Os docentes possuem o seu tempo dividido entre aulas, palestras, seminários, colóquios, congressos, ainda tendo que seguir o tripé de ensino, pesquisa e extensão, todavia dentro da academia são extremamente cobrados na produção de pesquisa. A avaliação do docente se dá pela quantidade de publicações. “Ser ‘mais produtivos’, correspondendo à ‘produção’ a quantidade de ‘produtos’ relacionados ao mercado (aulas, orientações, publicações, projetos, patentes etc.)” (BOSI 2007, p. 1513) Como consequência a avaliação da produção acadêmica se dá pela quantidade, pelo dinheiro e pelo prestígio que o docente consegue captar para si e para a sua instituição.

Essa dinâmica tem representado, na rotina do trabalho docente, não apenas uma assimilação desse padrão de produção (que em realidade é de produtividade), mas uma necessidade de criar as condições para a realização dessa produção já que, institucionalmente, os meios de produção acadêmicos (livros, laboratórios, computadores, equipamentos, bolsas etc.) foram (e continuam sendo) concentrados e disponibilizados para as áreas que conseguem inverter ciência e tecnologia para o capital. (BOSI, 2007, p. 1513)

Essa lógica cruel, da produtividade e mercantilização, fere o que deveria ser os princípios sociais e humanísticos da universidade, colocando-a em uma dinâmica capitalista, voltada ao mercado e ao capital. Também prejudicando a verdadeira qualidade das produções



científicas e o ensino na graduação e pós-graduação.

Utilizo Marilena Chauí (1999) para discutir sobre dois modelos distintos de universidade, operacional e como instituição social. Em seu texto “A universidade Operacional” a autora descreve os modelos universitários e explica suas formas de funcionar e existir. Chauí se posiciona claramente em defesa do modelo como instituição e tece fortes críticas a operacionalização das universidades.

Para não me esconder atrás de uma falsa imparcialidade, também defendo um modelo universitário, a universidade como instituição social. Uma universidade autônoma, popular e democrática, que tem o propósito de estimular o conhecimento, o pensamento, a reflexão crítica e a democratização do saber e que seja articulada com a sociedade extramuros, pois segundo Chauí, a instituição deve ter como base a sociedade, para sua referência normativa e valorativa.

Bem, em contrapartida a universidade operacional, segue uma lógica capitalista e mercantil, se colocando no setor de prestação de serviços, (CHAUÍ, 1999) o Estado realiza um contrato de gestão que limita a autonomia universitária na captação de recursos externos (não estatais) e o gerenciamento de receitas e despesas, estabelece também metas e critérios de qualidade a serem seguidos. Com relação à qualidade ela é medida pela produtividade, essa produtividade é reconhecida pela quantidade, tempo e custo. Entretanto essa lógica não enxerga o que se produz, para que produz ou para quem.

A “qualidade” é definida como competência e excelência, cujo critério é o “atendimento às necessidades de modernização da economia e desenvolvimento social”; e é medida pela produtividade, orientada por três critérios: quanto uma universidade produz, em quanto tempo produz e qual o custo do que produz. Em outras palavras, os critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, que definirão os contratos de gestão. (CHAUÍ, 1999, p 2).

A universidade operacional difere da institucional na sua relação com a sociedade, enquanto a institucional mantém um diálogo com a sociedade extramuros, se enxergando e colocando-se nas lutas sociais e políticas enquanto agente de mudança social, a operacional se define por nenhum outro fator que não seja o de seu objetivo particular e para obter tal objetivo a universidade operacional articula um conjunto de meios particulares para conquistá-lo. Ao passo que a institucional se percebe inserida nas lutas sociais e busca uma definição de universidade que seja capaz de responder os problemas sociais, a operacional, Chauí descreve como:



[...] a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. [...] Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas. (CHAUI, 1999 pp. 5-7)

Interessante notar que a institucional toma como referência valorativa a sociedade, na medida em que a operacional só tem a si mesma como referência e entra em um processo de competição com outras universidades ou instituições que tenham o mesmo objetivo particular.

Espaços de Gestão do Curso

Para a construção desta pesquisa foram utilizados métodos já consagrados no trabalho de pesquisa social, utilizando a pesquisa bibliográfica aprofundando os conceitos de universidade e autonomia universitária; observação participante, como meio de compreender a realidade na qual estava inserido; entrevistas semiestruturadas com o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca do objeto estudado; e, para completar, foi utilizada a análise documental para complementar os fatos observados durante o processo da pesquisa.

Nesta pesquisa, existe uma peculiaridade na qual o pesquisador é membro do grupo pesquisado. Na medida em que ocupo duas identidades a de pesquisador e de discente do curso de Bacharelado em Ciências Sociais, me proponho a mapear as instâncias de gestão universitária que influenciam diretamente no curso supracitado. Gil (2008) define essa relação como observação natural, explicando que:

A observação participante pode assumir duas formas distintas: (a) natural, quando o observador pertence à mesma comunidade ou grupo que investiga; e (b) artificial, quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação. (p. 103)

Além da característica de discente, na qual já me abre espaços que, por exemplo, um “forasteiro” teria certa dificuldade em atingir, também faço parte da atual gestão do Diretório Acadêmico de Ciências Sociais (DACS), ocupando o cargo de Coordenador Geral. Antes do início desta pesquisa, já atuava no DACS, o que me incumbia a manter um diálogo direto com a coordenação e a direção do curso, além de me submeter à tarefa de estar presente nas reuniões do pleno do Departamento de Ciências Sociais, um espaço de diálogo entre discentes, docentes e técnicos, em que se pode observar de modo geral o



funcionamento do Departamento.

Pelo meu trabalho junto ao DACS, acumulei algum conhecimento sobre o funcionamento da Direção e Coordenação, todavia a partir do início desta pesquisa, houve uma mudança de perspectiva de como enxergar essas instâncias. Para ilustrar essa transição utilizo Oliveira (2006) ao falar sobre o ver e o olhar. O ver seria um contato superficial com o objeto na medida em que ele se mostra ao mundo, o olhar é a investigação profunda e treinada sobre o objeto.

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo - ou no campo - esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre a qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. (OLIVEIRA, 2006 p. 19)

As entrevistas compõem uma parte fundamental neste trabalho, optando por usar o modelo de entrevista semiestruturada, na qual Minayo (1993) se refere como um modelo mais “fácil”, pois toma como apoio uma sequência de questões pré-estabelecidas, dessa forma facilitando a abordagem e assegurando cobrir seus objetivos com a entrevista. Foram entrevistados o coordenador do curso e o secretário da coordenação, o diretor pró-tempore do departamento e o secretário da direção. Também foram entrevistados sete discentes, com a intenção de descobrir o que estes sabem sobre os espaços de gestão do curso, se já participaram e como foi a experiência. Tínhamos a intenção de entrevistar pelo menos um estudante de cada período (são oito ao total), mas houve dificuldade em localizar os estudantes do oitavo período.

Como parte da pesquisa também foi utilizada a técnica de análise documental, dando aos dados obtidos uma característica mais palpável e acrescentando detalhes importantes para a pesquisa. Os documentos foram disponibilizados pela coordenação e direção do curso, para que assim a pesquisa fosse mais precisa em detalhes, como número das portarias e a relação de docentes que trabalham na gestão do curso.

Vale ressaltar que durante o processo dessa pesquisa a coordenação e a direção passaram por um processo de eleição conjunta, me voluntariei para participar da comissão eleitoral a qual elegeu a nova diretora e coordenadora do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE. Foi uma oportunidade interessante para observar de perto todo o processo eleitoral e assim poder inferir algumas questões a respeito da autonomia e da democracia universitária.

Passo então a descrever as instâncias de gestão:



Coordenação do curso

A coordenação é a instância responsável pelos aspectos pedagógicos e administrativos no que diz respeito ao funcionamento do curso. A coordenação é formada pelo seu secretário e pela figura central do coordenador ou coordenadora que é responsável por organizar os horários e garantir as condições necessárias para que as disciplinas sejam ministradas sem grandes problemas. Também fica como responsabilidade do coordenador ajudar com as necessidades dos discentes, como dispensa de disciplina e dificuldades com a matrícula, zelando pela formação e regularização do estudante, fazendo acompanhamento assim quando for necessário.

Colegiado de Coordenação Didática

Dentro da coordenação existem comissões e colegiados administrativos onde docentes e discentes participam, dentre eles o colegiado com mais destaque é o Colegiado de Coordenação Didática - CCD - a maior instância deliberativa da coordenação. Ele é responsável pela homologação das decisões das outras comissões. Dentre suas atribuições no curso estão a de elaborar modificações ao currículo; propor o elenco de disciplinas optativas e promover a melhoria contínua do curso. O CCD do curso de ciências sociais funciona com reuniões regulares, pelo menos uma vez ao mês, sendo presidida pelo coordenador. Pela portaria N° 26/2015-CGCG, de 10 de março de 2016 o colegiado é composto por vinte e dois professores, representando cada área do curso, sendo formado também por dois membros (um titular e um suplente) do Departamento de Educação, de História, de Educação Física e de Letras - departamentos que possuem disciplinas no curso. Embora nas reuniões do CCD esteja disponibilizado acento para os discentes - sendo correspondente a uma vaga de titular e suplente - no momento, não há estudantes ocupando tal vaga.

Os representantes docentes do CCD são escolhidos por acordos internos, sendo o supervisor de cada área responsável por indicar nomes. Para os representantes dos discentes o diretório acadêmico é responsável por fazer a indicação e na falta do diretório, os representantes deverão ser indicados por assembléia geral dos estudantes do curso. A participação estudantil dentro do CCD não se deu por um conjunto de motivos. Nos semestres de 2016.2 e 2017.1 o diretório acadêmico de Ciências Sociais se encontrava sem gestão ativa, não podendo indicar representantes e também não houve movimentação estudantil para a indicação por meio de assembléia geral dos estudantes do curso.



Núcleo Docente Estruturante

Outra comissão pertencente à coordenação é o Núcleo Docente Estruturante - NDE - responsável por acompanhar a consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso e indicar formas de articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O presidente da comissão também é o coordenador do curso e os representantes são indicados pelos supervisores de áreas, tendo participação também de representantes de outros cursos. Dentro do NDE não há participação estudantil, sendo composta por dezesseis professores. Segundo a portaria N° 87/2016-CGCG, de 5 de julho de 2016.

Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico

A Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico - COAA - também está presente dentro da coordenação do curso. A COAA é responsável por criar um trabalho preventivo, acompanhando os estudantes que estão tendo dificuldade em seguir regularmente o curso e também elaborar estratégias para que esses estudantes possam ter uma vida acadêmica normal e conseguir concluir o curso. Embora muitos casos resultem em jubramento, segundo o ex-coordenador Prof. Felipe Sodré “O desligamento é uma medida extrema, só acontece em último caso.” A comissão é composta por três professores, além do coordenador e um estudante, sendo o coordenador o presidente. O estudante e os outros professores são indicados pela coordenação, são eles: Prof. Paulo Afonso Barbosa de Brito; Prof.^a Roseana Borges de Medeiros; Prof. Cláudio Moraes de Sousa. Embora os discente tenham direito a vaga na comissão, essa vaga não está ocupada no momento, pelos mesmos motivos já citado no caso do CCD. Apesar da resolução N° 154/2001 determinar que o representante discente seja indicado pela coordenação, a indicação, no entanto é feita pelo Diretório Acadêmico ou por assembléia geral dos estudantes do curso.

Departamento de Ciências Sociais

A direção ou o Departamento de Ciências Sociais – DECISO – foi o segundo espaço de gestão estudado neste trabalho. O Departamento é encarregado de garantir a aplicação das diretrizes, regulamentos e normas acadêmicas determinadas pelos órgãos responsáveis, assim como acompanhar o processo de ingresso dos estudantes, bem como participar de reuniões regulares no conselho universitário e com as pró-reitorias. Além de acompanhar os trabalhos das comissões ligadas ao departamento. O departamento é composto pelo diretor, eventual diretor e os secretários da direção, no início desta pesquisa a direção estava sendo administrada pelo eventual diretor, devido à ausência da diretora titular que



se ausentou para continuação da sua formação acadêmica. Atualmente²¹ o departamento é composto por outra diretoria, após as eleições do departamento e coordenação.

Comissões de Pesquisa, Ensino e Extensão

O departamento é ligado a três comissões, a de pesquisa, ensino e extensão. A comissão de pesquisa tem como objetivo acompanhar e promover a discussão da política de pesquisa dentro da Universidade além de promover eventos relacionados à pesquisa, segundo a portaria N° 006/2017 - DECISO. A comissão de ensino tem o encargo de acompanhar e propor ações e políticas voltadas ao ensino universitário. Pela portaria N° 002/2017- DECISO. Por fim a comissão de extensão tem por finalidade propor ações relacionadas às atividades de extensão, Acompanhar e avaliar os planos e projetos extensão desenvolvidos no curso. De acordo com a portaria N° 019/2017 - DECISO.

Uma situação que não é excepcional a Universidade Federal Rural de Pernambuco é o descaso com a extensão universitária. Sabendo que a universidade se firma na indissociabilidade entre a pesquisa, ensino e extensão por que privilegiar um e excluir o outro? Tendo em mente Chauí (1999) em sua fala sobre a universidade operacional, observamos características próprias desse tipo de modelo, na qual visa profundamente à produtividade acadêmica e ao que parece, essa é a lógica universitária comum.

A extensão é por natureza ligada à democracia ou a democratização do saber, na medida em que a universidade dá retorno à sociedade. Embora a lógica seja operacional o debate acerca da importância da extensão não se deixa em branco. O DECISO tomou como compromisso a realização de seminários referentes ao ensino, pesquisa e extensão, na qual o seminário de extensão teve como debate uma universidade para além dos muros. O DECISO também organizou o seminário de pesquisa, onde professores do DECISO que discutem gênero apresentaram suas pesquisas. A indicação para os representantes das comissões de extensão, pesquisa e ensino são pelo Pleno do departamento.

Conselho Técnico Administrativo²²

O Conselho Técnico Administrativo - CTA - é a instância deliberativa do departamento, onde passa todas as decisões departamentais, como exemplo a contratação de novos professores, distribuição de disciplinas, e o funcionamento das cinco áreas do curso. O CTA é composto por representantes das cinco áreas, no que se refere à sociologia, antropologia, ciência política, ciência jurídica e filosofia, também fazem partes um representante de

21 O texto foi escrito em 2018.

22 A nova diretoria (eleita em 2018) do departamento abriu espaço para alteração dos membros do CTA, a exemplo: agora os estudantes têm duas cadeiras dentro do conselho.



todas as categorias de professores: professor assistente, adjunto, associado e titular. No CTA também tem representação técnico administrativo e discente. Os representantes do CTA são indicados por reunião interna de cada área e segmento e em pleno de departamento. A indicação estudantil é feita pelo diretório ou por assembléia geral dos estudantes do curso.

Pleno

O Pleno é uma instância política consultiva, com reuniões abertas acontecem uma vez por mês, estando presente o seguimento dos docentes, discentes e técnicos, onde são debatidos assunto em relação ao departamento e o curso, normalmente as questões são votadas no pleno e homologadas posteriormente no CTA. O pleno é onde tem mais participação estudantil, atribuo isso a estratégias como agendar as reuniões intercalando entre a tarde e noite, a divulgação das reuniões no grupo oficial do departamento no site Facebook²³, além de divulgação via email, o departamento também pede aos professores para que liberem as turmas para assistirem as reuniões.

Práticas Institucionais de Gestão

Historicamente as universidades sofrem seguidas tentativas de reforma. Hoje, em pleno momento de golpe político²⁴ vivemos sob constante temor, presenciando o desmonte da educação brasileira. No que tange a autonomia universitária o curso de Bacharelado de Ciências Sociais goza da parca liberdade institucional que a lei permite. As instâncias de gestão do curso, da coordenação e departamento, exercem todas as funções administrativas legais, seguindo o regimento interno da universidade. Todavia estamos sofrendo cortes orçamentais onde não podemos solicitar ônibus para congressos ou seminários, além da impossibilidade de sediar grandes eventos como encontro ou congressos. Observamos também medidas higienistas dentro da universidade, como tentativas de impedir a comunidade do entorno do campus de usufruir dos espaços da universidade ou até a impossibilidade de pequenos escambos, como exemplo: Alunos que foram advertidos por venderem doces e tortas dentro da universidade e alunos e professores por realizarem sebos em eventos. É importante mencionar que na Semana de Ciências Sociais de 2017 a Coordenação do curso realizou um sebo, mas invés de colocá-lo no prédio onde estava sendo realizada a Semana, o sebo foi feito dentro da sala de um professor, que fica a uma considerável distância do evento.

²³ Ver grupo: <https://www.facebook.com/groups/353607138028981/>

²⁴ Entendo por golpe as articulações políticas, com leituras duvidosas da constituição e midiáticas, uma mídia corporativa a serviço de grandes interesses, que levaram ao afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff.



Outro caso que rompe com a autonomia universitária foi protagonizado pelo atual ministro da educação Mendonça Filho do Partido Democratas, quando o mesmo tenta vetar²⁵ disciplinas e cursos sobre o golpe político de 2016, claramente indo contra os princípios básicos da autonomia universitária. Esta é uma prova na qual a qualquer momento podemos perder nossa autonomia e ao perdê-la, o curso se torna uma ferramenta de controle social ao serviço de um Estado autoritário e a universidade perde o seu sentido de ser, assim como foi durante o regime militar de 64.

Há uma característica dentro do Curso de Ciências Sociais, vemos que a universidade é formada por docentes, servidores técnicos e discentes, além da sociedade extra-muros, porém há no curso de Ciências Sociais instâncias administrativas onde não há participação discente, o que é um ponto de discussão sobre a questão da participação e democracia. O que foi visto durante a pesquisa, foi o pouco estímulo para a participação discente nas comissões e colegiados de gestão do curso e segundo os relatos coletadas durante as entrevistas foi o desconhecimento de tais reuniões:

Conheço em partes [...] no primeiro período quando eu cheguei, não teve ninguém dizendo: 'olha isso aqui é o CTA, acontece em tal data'. O que eu sei, o que eu conheço e o que já fui, é o pleno, o pleno do departamento. Participei de duas reuniões no máximo e o resto eu não conheço, conheço a sigla, mas não o que é. (Discente 1. Entrevista concedida em 26 de junho de 2018)

Foi recorrente nas entrevistas que a maioria dos discentes desconhecem sobre essas instâncias, CTA, CCD, COAA e NDE, assim como as comissões de pesquisa, ensino e extensão, o pleno é um espaço um pouco mais conhecido, embora mesmo lá a participação é volátil. Os estudantes entrevistados atribuem o desconhecimento a pouca divulgação dessas reuniões.

Acho o que falta é chegar informação sobre o que são [...] colocar num panfleto o que são essas reuniões e qual a importância delas, acho que isso mobilizaria mais a participação. Porque fica restrito só a um pessoal que já conhece e o pessoal que tem experiência em participar ou dos que eram de outra universidade, ou que são de movimentos sociais ou tem interesses em participar do DA ou DCE e tem esse conhecimento. (Discente 1. Entrevista concedida em 26 de junho de 2018)

O relato do Discente 1 explicita uma realidade, segundo minha própria experiência, também nunca me disseram que existem essas reuniões, assim como nunca explicaram como funciona, só tive conhecimentos delas quando comecei a participar do Diretório Acadê-

²⁵ Ver notícia sobre o caso: <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2018/02/mec-quer-censurar-curso-da-unb-sobre-o-golpe-de-2016>



mico. Pelos relatos ouvidos, fica claro que mesmo tendo uma divulgação, ela não chega a todos e carece de informações sobre as reuniões. Há por parte da maioria dos professores desejo para que os estudantes participem ativamente dos plenos e das comissões, todavia é notado o sentimento de aceitação da instabilidade da participação discente. Embora a tímida participação estudantil, o DACS (Diretório Acadêmico em Ciências Sociais) se empenhou em estimular a participação dos estudantes no movimento estudantil, também trabalhou junto com a coordenação e o departamento.

Além do desconhecimento, outros problemas relatados são: a falta de tempo para participar das reuniões, de acordo com o Discente 2 existia o interesse em participar, mas não havia tempo.

Até hoje eu creio que eu só ouvi falar do CTA que seria pra debater alguns temas como [...] não sei, faz tanto tempo que me falaram sobre isso e que eu até me interessei, mas enfim não tive tanto tempo e eu não ouvi também como o sistema funciona então me desinteressei rapidamente, mas eu lembro de ouvir sobre isso. (Discente 2. Entrevista concedida em 26 de junho de 2018)

Mas foi unânime o sentimento de importância dada a participação estudantil nessas reuniões. Ter a opinião de um estudante dentro desses espaços, segundo os relatos, pode influenciar na gestão do curso.

Porque é uma forma de você dar sua opinião, de participar e de repente com isso mudar alguma coisa no curso, influenciar nas tomadas de decisões do próprio departamento e a participação do aluno faz parte da construção do curso propriamente dito, a participação é importante. (Discente 3. Entrevista concedida em 29 de junho de 2018)

Sim considero importante porque demonstra a visão do estudante também, não fica uma coisa hegemônica de “quem faz a universidade”, mas sim de quem está participando dela e que acaba fazendo também, como o estudante. [...] essas coisas eu acho importante também o estudante estar participando. (Discente 5. Entrevista concedida em 29 de junho de 2018)

Todavia existe a sensação de que a fala do estudante não tem tanto peso dentro desses espaços, afirmando que esses espaços são hierarquizados e não existe horizontalidade.

Eu tenho bem pouca noção de como funciona e apesar de que eu até quis participar, mas eu não tinha tanto tempo pra me dedicar e os comentários que eu ouvi sobre, não eram tão positivos. Tipo, [...] não importava se eu tivesse tempo pra



me dedicar como eu gostaria, por que não é tão valorizada a opinião que a gente dá. (Discente 1. Entrevista concedida em 26 de junho de 2018).

Nunca participei de nenhuma reunião, além do diretório acadêmico. Nunca participei do CTA, nunca participei do pleno. Eu lembro que [...] me disse que a voz do estudante não é tão ouvida assim sabe? Os meninos tentavam se articular, mas eu acho complicado. O aluno às vezes é visto como uma instância menor, aí pode ser esse o problema. Acho que o máximo que escutei foi isso, da gente não ter tanto peso quanto professores e técnicos. (Discente 6. Entrevista concedida em 26 de junho de 2018)

O ponto em que todos os relatos convergem está no desconhecimento das reuniões e colegiados, além da afirmação da importância da participação estudantil nesses espaços. A falta dos discentes acarreta uma névoa de desconfiança que questiona a democracia dentro desses espaços, levantando perguntas como “se eu frequentar esses espaços minha voz será ouvida? E mais importante seria capaz de influenciar as tomadas de decisão?” Sabemos que a estrutura da universidade é altamente hierarquizada e aqueles que detêm o poder tendem a querer a manter essa estrutura hierarquizada de poder. Se há aqueles dentro do curso de Ciências Sociais que defendem a democracia, a ação lógica seria trazer a participação estudantil para os espaços de tomada de decisão do curso.

O outro ponto que carece no curso é o diálogo com a sociedade. Como o curso de ciências sociais pode dialogar e contribuir com a sociedade e principalmente com a comunidade ao redor do campus? Não seria possível afirmar que Universidade Federal Rural de Pernambuco segue um modelo definido de universidade. Embora se possa criticá-la colocando-a como uma universidade operacional, com base em medidas higienistas e excludentes vindos de instâncias maiores como a reitoria, além claro, dos critérios de excelência produtivistas que impregna o pensamento acadêmico. Embora possua características claramente provindas de um modelo operacional, pode-se afirmar que a UFRPE aspira à instituição social. Existem sujeitos e práticas dentro da universidade e no curso de Ciências Sociais que buscam a democratização dos espaços, dos saberes universitários, além de promoverem diálogos e projetos com a sociedade extramuros. Esse poderia ser o grande ponto na qual converge a prática da autonomia universitária, a democratização do conhecimento e dos espaços universitários, o ser de uma universidade como instituição social, estimulando os estudantes em práticas transformadoras que saem dos espaços institucionais e vão para além dos muros universitários. A autonomia didático-científica vem sendo prejudicada no nosso curso, na medida em que bolsas de pesquisa recebem mais incentivos e investimentos, na medida inversa, as bolsas de extensão, que envolvem práticas junto com a sociedade extramuros, vem sendo cortadas dentro do curso e da universidade, salientando que a qualidade da produção discente e principalmente docente é medida pela quantidade de



produção acadêmica, no sentido da pesquisa.

Como produtos finais desta pesquisa, além de deixar a reflexão sobre os assuntos abordados, aconteceu a criação de um folheto informativo acerca do funcionamento e da importância dos espaços de gestão do curso. Após a coleta dos relatos dos estudantes entrevistados, percebeu-se a grande lacuna de informação sobre essa parte tão crucial do curso, este folheto de informações deve ser o passo inicial para corrigir este erro.

Considerações Finais

A partir das observações realizadas até então, pode-se compreender o funcionamento do departamento, juntamente com a coordenação e como trabalham na administração do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFRPE. Como a autonomia universitária pode influenciar no trabalho das instâncias administrativas do curso, limitando suas ações ou as direcionando a determinados caminhos. As tentativas de reforma da autonomia universitária é um dos caminhos que levam à crise institucional, na qual a universidade se vê lesionada pelo abandono do Estado em cumprir com seus deveres de manter a instituição pública. O Estado ao não cumprir com suas atribuições, estimula a universidade procurar parcerias com o setor privado, no que compromete com o pilar da pesquisa e extensão. Como pode patrocinadores externos do setor privado não influenciar os projetos de pesquisa e extensão? É conhecido que os cursos mais beneficiados são aqueles que são mais voltados ao mercado característica na qual as Ciências Sociais não se encaixam.

A universidade tem escolha de optar por dois modelos distintos de universidade, o primeiro modelo como instituição social e com isso trabalhar para formação do pensamento crítico, a democratização do conhecimento e a inseparável relação com a sociedade, na qual a universidade atua como agente de mudança social. O segundo modelo é de uma universidade operacional, com uma lógica voltada ao mercado, de qualidade produtivista, onde a universidade se torna uma máquina de produzir mão de obra para o mercado, dotada da incapacidade de pensar e agir.

Sabemos que existe pouca participação dos discentes nos espaços de gestão do curso, devido à própria característica de flutuação do movimento estudantil, mas levando em consideração os relatos coletados nas entrevistas com os alunos, percebemos que, sobretudo é devido ao desconhecimento de informação sobre esses espaços. Os relatos também nos levam a questionar a própria democracia do nosso curso, quando os alunos se questionam sobre se realmente serão ouvidos e se suas opiniões afetam o curso em algo.



REFERÊNCIAS

AMORIM, P. A.; SANTOS, J. D. G.; NOVAES, M. A. B. **Ensino superior brasileiro: notas sobre a origem e a expansão**. Brasília: ANDES-SN, 2018. - N° 61.

BENZAQUEN, Júlia Figueredo. **Universidades dos Movimentos Sociais: apostas em saberes, práticas e sujeitos descoloniais**. Tese (Doutorado em Pós-colonialismos e Cidadania Global) - Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

BOSI, Antônio de Pádua. **A Precarização Do Trabalho Docente Nas Instituições De Ensino Superior Do Brasil Nesses Últimos 25 Anos**. Campinas : [s.n.], 2007. - Vol. 108.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Constituição [Livro]**. - Brasília: Senado Federal : [s.n.], 1988.

BRASIL, **Decreto No 19.851, DE 11 DE ABRIL DE 1931**. - 11 de 04 de 1931. - 16 de 02 de 2018. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19851.htm>

CARVALHO, Renata Ramos da Silva e LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. **A autonomia universitária no contexto dos dispositivos legais** . - Brasília : ANDES-SN, 2016. - N° 58.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade Operacional** - São Paulo : [s.n.], 1999.

FÁVERO, Maria De Lourdes De Albuquerque **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**- Curitiba : Editora UFPR, 2006.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. S. , “Técnicas de pesquisa”. In **O desafio do conhecimento**. 2ª ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Hucitec - Abrasco, pp. 273 - 297, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2006.

PEREIRA, Ellen Caroline. **O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E O PROJETO DE UNIVERSIDADE DO ANDES: como que “no centro da própria engrenagem” se “inventam contra as molas que resistem”**. Dissertação (dissertação em serviço social), Florianópolis. UFSC. 2017.

RIBEIRO, Daniella Borges. **A autonomia universitária na era da parceria público-privado**, Universidade e Sociedade. - Brasília : ANDES-SN, 2016. - N° 58.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 2005.a

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo. Cortez. 2005.b